

José Cruz



Jucá diz que percentual para saúde será mantido

Executivo quer manter a CPMF em 0,38%

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, afirmou – após encontro com o ministro da Fazenda, Guido Mantega – que a orientação das lideranças da base governista no Congresso é de aprovar a proposta do deputado Antônio Palocci para prorrogar a CPMF com alíquota de 0,38%. **Página 3**

Indústria questiona programa brasileiro para o biodiesel

Debate no Senado revela divergência entre o governo e o setor industrial. Rodrigo Rodrigues reitera apoio à agricultura familiar, enquanto Nivaldo Trama afirma que o “foco tem de estar nos grandes investimentos”. **Página 7**

OPOSIÇÃO E GOVERNO PEDEM FIM DO VOTO SECRETO

Necessidade de exame imediato de propostas sobre o voto aberto é sustentada tanto por parlamentares do governo como da oposição

A fim de assegurar que os eleitores saibam a posição do parlamentar que os representa, tramitam no Senado quatro propostas que acabam com votações e sessões secretas no Legislativo. Um dia depois da decisão do Plenário de absolver o presidente do Senado, Renan Calheiros, vários parlamentares defenderam o voto aberto em todas as matérias sob exame do Parlamento.

Para o vice-presidente da Casa, Tião Viana, a mudança pode ser feita rapidamente e só depende de vontade política. Paulo Paim se disse satisfeito com a iniciativa do PT de encampar proposta de emenda constitucional de sua autoria que extingue o voto secreto. Eduardo Suplicy e Delcídio Amaral cobraram uma decisão rápida sobre projeto de resolução com esse objetivo. O líder do DEM, José Agripino, transmitiu em Plenário a posição dos demais partidos de oposição contra o voto secreto. **Páginas 5 e 6**

José Cruz



Juniti Saito (E) é conduzido à comissão por Heráclito Fortes

Situação da Aeronáutica preocupa, diz Heráclito

Um “quadro preocupante” da situação da Aeronáutica foi apresentado pelo comandante da Força, Juniti Saito, em depoimento secreto na Comissão de Relações Exteriores, segundo o presidente do colegiado, Heráclito Fortes. Mesmo diante da perspectiva de se aumentar de R\$ 2 bilhões para R\$ 3 bilhões a dotação da Aeronáutica em 2008, o vice-presidente da comissão, Eduardo Azeredo, observou que o poder aéreo brasileiro está “muito aquém” do mantido pelas nações vizinhas. **Página 8**

Célio Azevedo



Produção independente busca mais espaço na TV

A associação de produtores independentes cobrou pelo menos 10% de espaço na programação das emissoras comerciais. Fernando de Souza Dias queixou-se da “concorrência desleal” das grandes emissoras. **Página 8**

Paulo Tonet (E),
Wolney Oliveira,
Cristovam Buarque,
Fernando de Souza e
Evandro Guimarães



Secretário de Atenção à Saúde diz que está em fase de adoção um plano destinado a repor valores defasados em todos os serviços, a começar pelas consultas médicas

Audiência aponta necessidade de mais recursos para o SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) não consegue atender às necessidades da população, especialmente a mais pobre, em virtude da falta de investimentos e da má administração de seus recursos. A afirmação foi feita ontem pelo vice-presidente da Associação Paulista de Medicina, Florisval Meinão, que representou a Associação Médica Brasileira (AMB) na audiência pública realizada pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Florisval reconheceu que o SUS, previsto pela Constituição de 1988, é um sistema que “faz justiça social”, pois universalizou o atendimento integral à saúde. Com isso, observou, houve maior demanda no atendimento, que provocou escassez de recursos já que o sistema passou a atender a toda a população, e não apenas ao cidadão que era segurado pelo antigo Inamps.

Tabela

O secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, José Carvalho de Noronha, informou durante a reunião que está em fase de adoção pelo Executivo um plano destinado a canalizar recursos adicionais para o setor de saúde, com o objetivo de repor valores defasados em todos os serviços, a começar pelo aumento da consulta médica de R\$ 7,55 para R\$ 10.

Noronha salientou que o SUS



José Carvalho de Noronha (E), Papaléo Paes e Florisval Meinão em audiência sobre o SUS

é um sistema “gigantesco” e observou que, a cada ano, são internados 11,3 milhões de pessoas pelo SUS.

José Ênio Duarte, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, defendeu a imediata regulamentação da Emenda Constitucional 29, objeto de proposta que tramita há mais de quatro anos na Câmara. A emenda obriga estados e municípios a aplicarem 12% dos respectivos orçamentos em saúde.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou que 14 estados e mais de 2 mil municípios não cumprem a obrigatoriedade de aplicação mínima de recursos na área de saúde, conforme prevê a emenda. E lembrou que, visando regulamentá-la, há também um projeto de lei complementar de Tião Viana (PT-AC), em tramitação no Senado.

O presidente da subcomissão, Papaléo Paes (PSDB-AP), pediu o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

(CPMF) e disse acreditar que 95% da população é contra essa contribuição “porque os recursos arrecadados não vão mais, em sua maior parte, para a saúde”.

Repasse

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defendeu o repasse direto, da União para os municípios, de recursos destinados à saúde sem passar pelos cofres dos estados. Em resposta, José Carvalho de Noronha argumentou que os municípios que estão em dia com suas contas perante a União recebem diretamente os recursos da saúde, provenientes do governo federal.

Rosalba também mostrou-se preocupada com o crescimento da mortalidade materna e de recém-nascidos em todo o país.

Já o senador Augusto Botelho (PT-RR) pediu a reativação dos antigos mutirões de saúde a fim de que pacientes que se encontrem à espera de intervenção cirúrgica, como de catarata e próstata, sejam atendidos.

Comissão discutirá demissões do governo Collor

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) marcará audiência para discutir a situação dos trabalhadores de empresas públicas que foram demitidos durante o governo Collor e posteriormente anistiados. Requerimento com essa finalidade, de autoria do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado.

Paim disse que se encontrou com representantes dos anistiados no último dia 6.

Na mesma reunião, a CDH rejeitou sugestão apresentada pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe) que pretendia ampliar o prazo de vigência da isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante. De acordo com o relator, Sibá Machado (PT-AC), a sugestão já foi atendida pela Medida Provisória 340-B/06 e, em breve, será tratada em norma definitiva.

Debate sobre crime contra homossexual é cancelado na CDH

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim, comunicou que a audiência com finalidade de discutir o projeto que define os crimes de discriminação ou preconceito por orientação sexual, prevista para ontem, foi suspensa. Ele informou que a proposta (PLC 122/06) deverá ser votada sem a realização de novas audiências na CDH.

Paim declarou que, apesar da falta de consenso entre os senadores, entende que a proposta poderá ser reexaminada em audiências na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A relatora da matéria, Fátima Cleide (PT-RO), disse que o seu parecer já está pronto para ser colocado em votação.

Já Flávio Arns (PT-PR) defende um entendimento para que os pontos sobre os quais houver consenso sejam aprovados e que os polêmicos continuem a ser discutidos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Rádio homenageia os 105 anos do nascimento de JK

Por meio de depoimentos de senadores e do próprio Juscelino Kubitschek, a Rádio Senado apresenta hoje, às 20h, o programa *Reportagem Especial* com o tema “Saudade de

JK”, que resgata a vida do presidente que construiu Brasília. O programa – que tem reprises no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h – também vai lembrar a morte de Juscelino.

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão de hoje, marcada para as 9h, é não-deliberativa, destinada a debates dos parlamentares, comunicados da Mesa e das lideranças, além da apresentação de propostas.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Paulo Paim e Mão Santa

J. Freitas



Efraim assina convênios sobre medidas de acessibilidade

Interlegis e ILB fazem parcerias em Manaus

O 1º secretário do Senado e diretor nacional do Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, Efraim Morais (DEM-PB), esteve ontem em Manaus para assinar uma parceria que visa à aplicação de medidas de acessibilidade na Assembléia Legislativa do Amazonas.

O programa de acessibilidade do Senado, adotado em assembleias legislativas de vários estados, prevê reformas na arquitetura dos prédios para facilitar o acesso às pessoas com deficiência, campanhas de conscientização e a contratação dessas pessoas. Efraim disse que “uma sociedade que exclui os seus portadores de deficiência, por desinteresse ou negligência, não é justa, nem democrática”.

O senador também assinou um acordo na área de educação entre o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Câmara Municipal de Manaus. Efraim visitou as instalações da escola do Legislativo municipal de Manaus e fez doações de obras do Senado Federal para a biblioteca da instituição.

Em Manaus, o parlamentar participou ainda do Seminário Interlegis Região Norte, que contou com a presença do governador do Amazonas, Eduardo Braga, e de prefeitos e vereadores de municípios do estado. Efraim fez uma apresentação do Programa Interlegis. O evento incluiu palestras sobre responsabilidade ambiental e riqueza mineral, e ecoturismo como instrumento de desenvolvimento econômico e bem-estar social.

Ideli Salvatti e Romero Jucá anunciam que PEC terá dispositivo permitindo redução de alíquota, desde que seja mantido percentual mínimo de 0,20% para a saúde

Base do governo decide manter a alíquota de 0,38% da CPMF

Após reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que a orientação das lideranças da base governista no Congresso é aprovar o substitutivo do deputado Antonio Palocci (PT-SP) à proposta que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

A líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), que participou do encontro, anunciou que a proposta de emenda à Constituição que garante a renovação da alíquota de 0,38% da CPMF incluirá ainda um dispositivo para permitir a alteração dessa alíquota por lei. Os líderes da base do governo na Câmara também participaram da reunião.

Romero Jucá acrescentou que nesse dispositivo haverá um item para garan-

tir que, mesmo com redução da alíquota, o percentual da contribuição usado para a saúde (0,20%) será mantido.

O senador também informou que as negociações para diminuir a carga tributária se darão no âmbito de propostas de desoneração.

– Vamos aprovar a CPMF e discutir quais as desonerações que serão feitas.

manter uma posição única.

– É uma matéria polêmica, de difícil tramitação, mas temos confiança. O governo tem número na Câmara para, unindo a base, aprovar a CPMF; no Senado, será um pouco mais difícil, mas vamos trabalhar para sensibilizar os senadores e buscar os votos necessários – observou.



Jucá (E), com o ministro Walfrido Mares Guia (D), que também participou da reunião

Leopoldo Silva

As compensações tributárias serão feitas paralelamente com outros instrumentos, como, por exemplo, a desoneração da folha de pagamento – declarou o líder.

O governo já desonerou a carga tributária em R\$ 30 bilhões nos últimos quatro anos e agora pretende desonerar ainda mais, de acordo com o senador.

Jucá afirmou que a base do governo no Senado decidiu apoiar o relatório de Palocci, antes mesmo que a proposta chegue à Casa, para



Leopoldo Silva

Mão Santa homenageia Conselho Regional de Medicina do Piauí

Mão Santa diz que Forças Armadas estão sucateadas

Mão Santa (PMDB-PI) registrou ter participado de uma “reunião secreta” com representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica na qual se diagnosticou que, em caso de guerra, o Brasil, devido ao sucateamento das Forças Armadas, não teria condições de vencer praticamente nenhum país.

De acordo com o senador, o país só teria condições de vencer o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia, pois, da frota de 726 aeronaves da Aeronáutica, um terço não tem condições de funcionamento.

– E o Exército recebe menos dinheiro que o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] – observou.

Tramitação

Em seu discurso, Mão Santa também apontou problemas na tramitação do processo que pedia a cassação do mandato de Renan Calheiros. No Conselho de Ética, houve a troca de três relatores do processo, e a mudança de presidente do colegiado, de Sibá Machado (PT-AC) para Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

– Pau que nasce torto, morre torto, e isso aí deu errado desde o nascedouro – avaliou.

Os 50 anos de criação do Conselho Regional de Medicina do Piauí também foram lembrados pelo senador. Mão Santa criticou os baixos salários pagos aos médicos em seu estado, R\$ 800, e informou que, em um plantão no Piauí, os médicos atendem a 200 pacientes por dia, quando a orientação da Organização Mundial da Saúde recomenda atender a 36.

Ideli: fim da contribuição prejudicaria Bolsa Família

A líder do PT, Ideli Salvatti, defendeu a prorrogação da CPMF, ponderando que mais de 70% de sua arrecadação têm se destinado à saúde e ao programa Bolsa Família. Informou que, de R\$ 48,3 bilhões aplicados no ano passado em saúde e no programa, exatamente R\$ 32,1 bilhões vieram da CPMF.

A senadora afirmou que, caso a contribuição seja reduzida ou extinta,

os gastos com saúde e com o Bolsa Família correriam risco. Ela informou ainda que o governo, em vez de propor a redução ou eliminação da CPMF, tem feito reduções pontuais de impostos, já tendo beneficiado bens de capitais, insumos para indústrias que exportam, produtos da construção civil e pequenas e médias empresas.

Ideli festejou os “números ex-

tremamente positivos que foram anunciados pelo IBGE” na quarta-feira, segundo os quais a economia brasileira cresceu 5,4% no segundo trimestre deste ano, comparando-se com idêntico período de 2006, confirmando uma tendência iniciada há 22 trimestres.

Ela destacou como importante o crescimento da indústria, que chegou a 6,8%, e os investimentos,



Ideli comemora anúncio de crescimento de 5,4% no segundo trimestre

Leopoldo Silva

que aumentaram 13,8%. Com isso, a taxa de investimento no país alcançou 17,7% do produto interno bruto, “o maior percentual desde o ano 2000”, disse.

A senadora comemorou ainda o crescimento de 5,7% no consumo das famílias, o que, acrescentou, ocorre de forma ininterrupta deste outubro de 2003. Ponderou ainda que esse consumo é resultado das políticas

adotadas pelo governo Lula, as quais têm levado ao aumento do emprego e a reajustes de salários acima da inflação.

Ideli Salvatti foi apoiada, em apertes, por Eduardo Suplicy (PT-SP) e Sibá Machado (PT-AC). Já o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) observou que o investimento que tem crescido é o do setor privado, e não o do setor público.

Necessidade de se resgatar imagem do Senado, falta de resposta à sociedade e renúncia do presidente da Casa são temas de pronunciamentos dos senadores

Críticas à absolvição marcam debates no Plenário

Na primeira reunião do Plenário após a sessão secreta que preservou o mandato de Renan Calheiros, senadores da oposição e até mesmo de partidos da base governista criticaram, em discursos, a decisão. Pedro Simon afirmou que o Senado não soube corresponder à expectativa popular e dar a resposta que a opinião pública esperava. César Borges disse que o

presidente da Casa deve promover o resgate da imagem da instituição, que teria saído arranhada. Já Cristovam Buarque pediu a renúncia de Renan ao comando do Senado, afirmando que esse gesto permitiria que ele recuperasse sua credibilidade. Mário Couto se manifestou profundamente decepcionado e constrangido com a decisão do Plenário. Gerson Camata cumprimentou, com

ironia, o PT “pela habilidade genial com que conseguiu começar a extinção do Senado”.

Por sua vez, Almeida Lima, que sempre defendeu Renan, citou artigo do jornalista Paulo Henrique Amorim segundo o qual a Casa “mostrou que a mídia conservadora, e golpista, pode enfiar a faca no pescoço do Supremo, mas não enfiar a faca no pescoço do Senado”.

Pedro Simon



Célio Azevedo

Senado não deu a resposta esperada pela sociedade

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que os senadores não souberam corresponder à expectativa popular e dar a resposta que a opinião pública esperava, quando votaram pela absolvição de Renan Calheiros.

Simon perguntou à líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), por que, depois de se empenhar na defesa de Renan Calheiros nos dias que antecederam a votação em Plenário, no dia seguinte ao resultado, em vez de falar sobre a postura assumida por seu partido, preferiu discorrer sobre o crescimento do produto interno bruto do país, divulgado pelo IBGE. Na opinião do senador gaúcho, ao “esquecer os fatos de ontem [quarta-feira]”, os governistas “levam pouco a sério a opinião pública”.

Pedro Simon reclamou ainda do jornal gaúcho *Zero Hora*, que, segundo ele, demonstrou desconhecer sua trajetória política ao noticiar, erroneamente, um diálogo que teria supostamente ocorrido, na sessão secreta, entre ele e o presidente do Senado, além de questionar se seu voto teria sido, de fato, pela perda do mandato de Renan.

César Borges



Roosevelt Pinheiro

Renan precisa resgatar a imagem do Senado Federal

César Borges (DEM-BA) pediu que o presidente do Senado, Renan Calheiros, promova o resgate da imagem da Casa, que, a seu ver, teria sido arranhada após a votação do Plenário que garantiu a manutenção do mandato do senador por Alagoas.

– Se ele é presidente da Casa, cabe a ele o ato de resgate. Não vou dizer qual ato, mas cabe a ele fazer o resgate com um ato de grandeza – afirmou.

César Borges observou que o Senado vive uma “ressaca” e citou manchetes de jornais criticando a absolvição de Renan. Entre elas, mencionou a do *Correio Braziliense*, que considerou o resultado da votação uma “vergonha nacional”.

Segundo o parlamentar da Bahia, a fiscalização, que é uma das funções do Senado, está sendo pouco praticada. Ele destacou noticiário da imprensa segundo o qual a Petrobras liberou sem licitação, no atual governo, R\$ 34 bilhões. Dentre os 13.480 contratos assinados nos anos de 2005 a 2007, na área de serviços, 8.080 não tiveram licitação, como prevê a Lei 8.666, ressaltou César Borges.

Cristovam Buarque



Célio Azevedo

Renúncia a cargo contribuiria para recompor feridas

Cristovam Buarque (PDT-DF) solicitou a Renan Calheiros, que dirigia a sessão, sua renúncia à Presidência do Senado. Cristovam disse que tal atitude ajudaria a recompor feridas e suscetibilidades, trazendo paz ao Senado, ao mesmo tempo em que permitiria a Renan recuperar sua credibilidade, “num gesto de grandeza de quem teve uma grande vitória”.

– A democracia é bela porque permite momentos como este – respondeu Renan, que entrou no Plenário no momento em que Cristovam afirmava repetir o pronunciamento feito na sessão secreta de quarta-feira, anunciando o voto a favor da perda de mandato do representante alagoano.

Cristovam argumentava que uma pessoa faz política com dois objetivos: primeiro, aumentar o número de adeptos e eleitores, que chamou de amigos; segundo, aumentar a grandeza do país e a qualidade da democracia.

– Mas há momentos em que se tem de escolher entre os dois. Eu sofro, mas não hesito: fico com a segunda parte – declarou ele, para justificar seu voto.

Mário Couto



Roosevelt Pinheiro

Sentimento de decepção e constrangimento

Em discurso no Plenário, o senador Mário Couto (PSDB-PA) revelou estar profundamente decepcionado e constrangido com a decisão do Senado, na quarta-feira, de absolver o presidente da Casa, Renan Calheiros, no processo por quebra de decoro parlamentar. Na sua opinião, é preciso acabar com a sessão secreta para discussão e votação de processo de perda de mandato parlamentar.

– Votei com a minha consciência e em proteção ao Senado, ao povo brasileiro e pela moralidade – declarou.

Mário Couto afirmou ter ficado tão decepcionado e desmotivado com o episódio que chegou a pensar em renunciar ao mandato de senador. Teria voltado atrás em respeito ao 1,5 milhão de votos recebidos dos eleitores paraenses.

Apesar desse desencanto, o tucano disse estar em paz com sua consciência.

– Minha consciência está tranquila. Minha luta não vai parar. A luta pela moralidade. A luta contra aqueles que só pensam em si e em cargos públicos. A luta contra aqueles que não pensam no povo do país.

Gerson Camata



Leopoldo Silva

Investigação das denúncias deveria ficar a cargo de CPI

Cumprimentando, com ironia, o Partido dos Trabalhadores “pela competência e habilidade genial com que conseguiu começar a extinção do Senado”, Gerson Camata (PMDB-ES) disse que o PT deu um golpe de morte na Casa, “com a posição dos gays cívicos, que não são sim nem não, estão na coluna do meio, a da abstenção”.

O senador referia-se às seis abstenções ocorridas na votação em que foi preservado o mandato de Renan Calheiros.

Camata defendeu a extinção do Conselho de Ética e a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as denúncias contra Renan. O conselho, segundo afirmou, ficou desmoralizado após ter contrariado pelo Plenário sua decisão de aprovar em votação aberta o parecer pedindo a cassação.

O parlamentar opinou que o fato de a sessão do Senado ter sido secreta levou a Casa a ser motivo de chacota na imprensa nacional, já que várias páginas na internet noticiaram passo a passo os acontecimentos do Plenário, que, teoricamente, deveriam ter transcorrido em sigilo.

Almeida Lima



Gerardo Magalhães

Decisão em favor do mandato fortalece a Casa

Almeida Lima (PMDB-SE) adotou quase integralmente como sua a análise do jornalista Paulo Henrique Amorim no artigo “Renan: a maior derrota da imprensa”, veiculado em seu *blog* de quarta-feira, mesmo dia em que o Plenário decidiu pela absolvição. Segundo o artigo, a Casa “mostrou que a mídia conservadora, e golpista, pode enfiar a faca no pescoço do Supremo, mas não enfiar a faca no pescoço do Senado”.

Na sua avaliação, o Senado sai fortalecido após a absolvição de Renan Calheiros, decisão, como afirmou, tomada de forma democrática e que, portanto, precisaria ser acatada. A postura da instituição nesse episódio teria demonstrado, conforme acrescentou, seu repúdio a pressões de segmentos da sociedade, como a grande imprensa, pela cassação.

Almeida Lima rejeitou associar o julgamento do presidente da Casa a uma disputa entre governistas e opositores, observando que tanto senadores da base do governo votaram pela cassação quanto senadores opositores votaram pela absolvição.

Três propostas alteram a Constituição e uma modifica o Regimento Interno para tornar abertas ao público todas as deliberações do Parlamento

Senadores cobram exame do fim do voto secreto

O voto aberto nas sessões que decidem sobre a perda de mandato parlamentar mobilizou os debates ontem em Plenário. Os senadores pedem urgência no exame de propostas que mudam as regras regimentais e constitucionais para acabar com as sessões e votações secretas no Congresso e assegurar maior transparências nas decisões do Legislativo.

Tramitam no Senado três propostas de emenda à Constituição (PECs) e um projeto de resolução que tratam do tema. Entre as PECs, a mais antiga, de 2004, foi aprovada na Comissão de Justiça (CCJ) e aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário. Uma outra, sugerida por Paulo Paim em 2006, aguarda designação de relator na CCJ. A terceira PEC, de Alvaro Dias, e o projeto de resolução,

de Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy, estão ainda em início de tramitação. Apesar de haver diferenças entre as proposições, seus autores defendem o voto aberto nas decisões sobre perda de mandato. Para discutir o assunto, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa deverá realizar discussão reunindo, entre outros, juristas e representantes da sociedade civil.

Eduardo Suplicy



Apelo à CCJ para agilizar tramitação de propostas

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu aos integrantes da Mesa do Senado o encaminhamento urgente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do projeto de resolução que altera o Regimento do Senado, determinando que sessões de julgamento de perda de mandato sejam abertas.

O senador deseja que a matéria (PRS 55/07) seja examinada na CCJ já na próxima quarta-feira, para imediata votação em Plenário. A proposta foi apresentada na terça-feira por ele e Delcídio Amaral (PT-MS).

Suplicy informou ainda ter solicitado pessoalmente ao presidente da comissão, Marco Maciel (DEM-PE), que designasse logo o relator para a Proposta de Emenda à Constituição 50/06, de Paulo Paim (PT-RS), que extingue o voto secreto parlamentar.

Em tom bem-humorado, o senador lamentou o fato de o *blog* do jornalista Ricardo Noblat não ter publicado as razões que enumerou para justificar seu voto a favor do pedido de cassação de Renan. O *blog* publicou notas atribuídas a um “repórter oculto” na sessão.

Delcídio Amaral



“Eleitor precisa saber como votam os parlamentares”

O fim do caráter secreto de votações e sessões no Senado foi defendido ontem por Delcídio Amaral (PT-MS). O senador manifestou seu apoio à aprovação de proposições que determinam o voto aberto, como forma de garantir que os eleitores saibam como votou o parlamentar que os representa.

Entre as propostas destacadas por Delcídio, está o projeto de resolução de sua autoria, juntamente com o senador Suplicy, que altera o Regimento Interno do Senado permitindo que sessões sobre perda de mandato sejam abertas (PRS 55/07), e a PEC 50/06, de Paulo Paim (PT-RS), que acaba com o voto secreto no Senado.

De acordo com Delcídio, a sessão secreta realizada na quarta-feira pelo Plenário do Senado foi “inacreditável”.

– Uma sessão secreta sem qualquer resultado prático, em que os vazamentos proliferavam em grande volume – afirmou, ao observar em seguida que os vazamentos tinham “alto teor de embates políticos com informações distorcidas – muitas verdadeiras, outras não”.

Tião Viana



Mudanças só dependem de vontade política

A mudança do Regimento Interno do Senado para acabar com sessões secretas depende apenas de vontade política e pode ser realizada rapidamente e a qualquer momento, afirmou ontem o vice-presidente da Casa, senador Tião Viana (PT-AC).

– Se os líderes quiserem, a reunião para acertar isso poderia ser feita hoje [ontem] – destacou Tião Viana, que foi autor de uma proposta de emenda à Constituição que previa o fim das votações secretas na Casa e foi rejeitada.

Na opinião do senador pelo Acre, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de permitir a entrada de 13 deputados na sessão plenária que rejeitou projeto que pedia a perda do mandato de Renan Calheiros demonstrou como está ultrapassado o regimento interno. Conforme observou, o regimento é “um suporte legal obsoleto que incomoda todos nós [parlamentares] e todo o Brasil e, por isso, deve ser modificado”.

– Foi a primeira vez na história do Senado que um outro Poder interferiu num assunto privativo da Casa – disse Tião Viana.

Paulo Paim



Luta iniciada durante a Constituinte

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem proposta de sua autoria que estabelece o voto aberto em sessão de votação de perda do mandato de presidente da República e de parlamentar (PEC 50/06). Ele lembrou que defende o fim do voto secreto desde a Assembleia Nacional Constituinte.

– Como deputado federal, apresentei novamente a PEC. Perdi novamente e reapresentei no Senado em 2006 – assinalou o parlamentar.

Paim pediu o apoio dos colegas para acabar com o “clima de desconfiança” existente na Casa após a sessão secreta de quarta-feira, em que foi votado projeto de resolução que decretava a perda do mandato do senador Renan Calheiros por quebra de decoro, em que o presidente do Senado foi absolvido.

Paim se disse satisfeito com a iniciativa de seu partido em encampar, na íntegra, a PEC que propõe o fim do voto secreto. Ele elogiou ainda a iniciativa dos colegas Eduardo Suplicy e Delcídio Amaral de apresentar projeto pelo fim da sessão secreta (PRS 55/07).

Comissão aprova audiência sobre adoção do voto aberto

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai discutir a questão do voto aberto em caso de perda de mandato de senador ou deputado, previsto no artigo 55 da Constituição, bem como analisar os demais casos em que é exigida a votação secreta. Requerimento com essa finalidade, apresentado pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado ontem pelo colegiado.

Na reunião, os integrantes da comissão debateram o assunto, tendo como referência a votação do projeto de resolução que decretava a perda de mandato do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), rejeitado na

véspera pelo Plenário, em votação secreta.

Paim, no entanto, fez questão de dizer que a iniciativa não se deveu à situação vivenciada pelo Senado. Ele ressaltou que há 21 anos defende o voto aberto no Congresso e lembrou ainda que algumas assembleias legislativas e câmaras municipais já adotaram tal procedimento.

O senador propõe que a audiência pública se realize de forma conjunta com a Comissão de Justiça (CCJ), na qual se encontra a Proposta de Emenda à Constituição 50/06, de sua autoria, que visa estabelecer o voto aberto para os parlamentares.

Matérias alteram Regimento do Senado e Constituição

Tramitam no Senado quatro proposições com o objetivo de alterar as regras para sessões e votações secretas no Congresso. Embora haja diferença entre as três propostas de emenda à Constituição (PECs) e o projeto de resolução (PRS) que tratam do assunto, seus autores são unânimes em defender o fim do voto secreto nas decisões sobre perda de mandato.

A PEC 38/04, do então senador e hoje governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, é a que tem tramitação mais adiantada. Aprovada na Comissão de Justiça (CCJ), na forma do substitutivo de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposição aguarda

inclusão na ordem do dia do Plenário.

Já a PEC 50/06 aguarda designação de relator na CCJ. Autor da matéria, Paulo Paim argumenta que, com o voto aberto, o eleitor terá condição de fiscalizar as ações do parlamentar.

As duas outras propostas foram apresentadas na terça-feira. O PRS 55/07, de Delcídio Amaral (PT-MS) e Eduardo Suplicy (PT-SP), propõe mudança no regimento da Casa para permitir que sessões de julgamentos de perda de mandato sejam abertas; e a PEC 86/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR), determina que as votações sejam abertas nas decisões de perda de mandato.

Democratas, PSDB e PSOL, além de parlamentares do PMDB, PSB e PDT, anunciam medidas para expressar descontentamento com absolvição do presidente do Senado

Grupo de senadores cobra voto aberto e afastamento de Renan

Pressionar pela votação dos projetos que acabam com a sessão e a votação secretas em caso de julgamento para perda de mandato e não participar em reuniões de líderes presididas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Essas foram algumas das medidas anunciadas por parlamentares integrantes do DEM, PSDB, PMDB, PSB, PSOL e PDT, após reunião realizada ontem, para “deixar clara a insatisfação” com a absolvição de Renan e com sua permanência na Presidência da Casa.

– Estas são medidas concretas que pretendemos tomar a partir da semana que vem – anunciou o presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE).

Na reunião, foi definido também que os parlamentares vão

exigir a indicação urgente dos relatores para as outras representações contra Renan Calheiros no Conselho de Ética.

– Não participaremos de reunião de líderes sob a presidência de Renan, pois ele não pode presidir o Senado enquanto o destino dos processos não for definido pelo voto – anunciou o líder do DEM, José Agripino (RN).

Os senadores devem apresentar ainda projeto de resolução estabelecendo que senadores investigados pelo Conselho de Ética sejam automaticamente afastados da Mesa e da presidência das comissões; e praticarão a chamada “pauta seletiva”, definindo as matérias a serem votadas em Plenário.

– Não votaremos propostas que não sejam entendidas como de interesse nacional ou coletivo – afirmou Agripino.

Nesse caso, acrescentou, estão incluídos projetos como pedidos de crédito extraordinário para ministérios e a proposta de emenda à Constituição que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), em tramitação na Câmara, e que deve chegar este mês ao Senado.

“Saída imperiosa”

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), frisou que a saída de Renan da Presidência é “imperiosa”, pois não há como conviver com a absolvição do senador, “fingindo que nada aconteceu” e que todos têm “uma vida nova para começar”.

– O Senado está desmoralizado, a legislatura está ferida de morte, comprometida, e não se consegue a moralização conciliando com quem causou esta situação – declarou Arthur Virgílio.

Agripino anuncia obstrução seletiva de matérias pelo DEM

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), anunciou em Plenário que seu partido está em obstrução seletiva. Também acompanham a obstrução o PSDB, o PSOL e alguns senadores do PMDB, PDT e PSB. A obstrução foi decidida ontem na reunião com parlamentares desses partidos. Agripino informou que ele e os líderes do PSDB e do PSOL não participarão de reuniões de lideranças convocadas por Renan Calheiros.

– Para nós, até que se conclua as pendências no Conselho de

Ética, o senador Renan Calheiros não é mais o presidente do Senado Federal – afirmou.

O líder relatou as decisões tomadas na reunião. Medidas provisórias com créditos extraordinários ou que não sejam urgentes e relevantes não serão votadas. Os senadores darão prioridade a dois projetos de resolução: o que obriga a abertura das sessões em que são analisados pedidos de perda de mandato e o que obriga a licença compulsória imediata de integrantes da Mesa ou dirigentes de comissões ou do Conselho de



Gerardo Magela

Agripino: líderes de três partidos não participarão de reuniões com Renan

Ética que tenham processos acoelhidos pelo próprio conselho.

Vão também exigir que o presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), indique imediatamente um só relator para os dois processos que ainda restam contra Renan.

PSOL quer evitar votação de MPs e créditos

“Por tudo o que vivenciamos nos últimos 120 dias, defendo que o senador Renan Calheiros, mesmo tendo vencido a primeira batalha, não reúne condições para continuar dirigindo o Senado.” A afirmação foi feita por José Nery (PSOL-PA), após comunicar que o seu partido decidiu – em conjunto com outros partidos – obstruir



Gerardo Magela

José Nery defende unificação de representações contra Renan

seletivamente a pauta de votações do Senado.

Em vez de bloquear todas as votações, explicou José Nery, a oposição tentará impedir que o Plenário delibere sobre

medidas provisórias que considere inconstitucionais e também sobre os pedidos de abertura de crédito extraordinário. O senador acrescentou que o PSOL, o DEM e o PSDB procurarão também evitar a votação de projetos que considerem não ser de interesse do país ou não sejam urgentes.

As lideranças e senadores da oposição, segundo José Nery, decidiram trabalhar para que as outras representações contra Renan sejam unificadas. Ele explicou que a medida visa acelerar a tramitação.

Juntar representações seria “mais racional”, diz João Pedro

O senador João Pedro (PT-AM), relator, no Conselho de Ética, de representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por suposto tráfico de influência em prol da cervejaria Schincariol, disse ontem que é favorável a juntar num só processo todas as denúncias contra Renan. Também tramita no Senado representação do PSDB e do DEM pedindo a investigação da suposta utilização de terceiros para a compra de emissoras de rádio em Alagoas.

– Esta separação entre as denúncias é uma consequência do regimento, mas o apensamento seria muito mais racional, porque senão teremos quatro relatórios e quatro sessões de julgamento – afirmou o senador, lembrando que há a possibilidade de que outras representações sejam propostas, uma delas tratando de arrecadação de recursos para o PMDB em ministérios.

João Pedro voltou a dizer que está preparado para apresentar seu relatório sobre o caso Schincariol na próxima terça-feira. Ele garantiu que não está vinculando esta representação com a acusação de que Renan teria contas pagas por um funcionário de uma empreiteira.

– Como relator, tenho que ser isento – disse o senador.

Indagado por jornalistas sobre o seu voto na sessão plenária que apreciou o projeto que decretava a perda do mandato do senador Renan Calheiros por quebra de decoro, João Pedro negou-se a



Gerardo Magela

Relator do caso Schincariol, João Pedro afirma que não vincula representações

dizer como havia votado, mas acrescentou:

– Não foi abstenção.

Nova representação

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), afirmou ontem que aguarda apenas que a Presidência da Casa lhe envie a quarta representação contra o senador Renan Calheiros para convocar reunião da Mesa com o objetivo de decidir se encaminha ou não a nova denúncia ao Conselho de Ética. Cabe a Tião Viana presidir as reuniões da Mesa do Senado quando o assunto a ser deliberado estiver relacionado com as representações que tramitam na Casa contra o presidente Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar.

Essa representação, protocolada pelo PSOL no último dia 6, pede a abertura de processo de investigação no Conselho de Ética para apurar denúncias, publicadas pelas revistas *Veja* e *Época*, de que Renan e o lobista Luiz Garcia Coelho teriam participado de um esquema de corrupção em ministérios comandados pelo PMDB.

Proposta de Durval afasta da Mesa senadores processados

O Plenário poderá decidir pelo afastamento temporário do cargo de senador que seja membro da Mesa, caso haja recebimento de denúncia contra ele pelo Conselho de Ética. Essa é uma das principais inovações contidas em projeto de resolução de João Durval Carneiro (PDT-BA) que altera dispositivos da resolução que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar. A proposta tramita na Comissão de Constituição e Justiça, onde é relatada por Adelmir Santana (DEM-DF).

– A iniciativa pretende suprir lacuna na legislação sobre os trabalhos desta Casa. Ocorre que não há previsão, nem no código, nem no Regimento Interno, sobre medida a ser adotada quando senador que ocupar lugar na Mesa for denunciado por quebra de decoro



Célio Azevedo

João Durval: punição para os que tiverem denúncias aceitas no Conselho de Ética

parlamentar – explica Durval.

De acordo com o projeto, uma vez recebida a denúncia pelo conselho, o Plenário poderá decidir se o parlamentar ficará afastado de suas funções na Mesa, a qual quer tempo do processo e a requerimento de um ou mais senadores, perdurando o afastamento até o fim da investigação.

Ministério anuncia plano para desenvolver o turismo

O Ministério do Turismo pretende lançar um programa nacional de desenvolvimento do turismo, a exemplo dos programas regionais hoje existentes. O Prodetur Nacional será um programa plurianual de incentivos às atividades de turismo, a ser negociado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para depois ser repassado aos segmentos regionais do país, com uma dotação que poderá ultrapassar US\$ 1 bilhão por ano.

O anúncio foi feito ontem pelo diretor do Departamento de Programas Regionais e Desenvolvimento do Turismo do ministério, Frederico Silva da Costa, em audiência pública sobre o tema, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Representando o Banco do Nordeste do Brasil,

Pedro Rafael Lapa lembrou que o banco atua em atividades de turismo desde os anos 80, numa parceria com o BID e os estados. Disse que os pólos de turismo foram escolhidos pelos estados e o banco se colocou à disposição para financiar a infra-estrutura.

Para o presidente do Fórum de Secretários de Turismo dos Estados, Bismarck Maia, a apresentação de emendas parlamentares para atividades de turismo é fundamental para fortalecer o orçamento do Ministério do Turismo.

A presidente da comissão, Lúcia Vânia (PSDB-GO), prometeu trabalhar pela apresentação de emendas para o setor. Também participaram dos debates Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).



Lúcia Vânia, à mesa com Pedro Rafael (E), Frederico Silva e Bismarck Maia

Comissão debaterá biodiesel e ação de agências de viagem

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou requerimento de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) para a realização de audiência destinada a instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara 22/03, que dispõe sobre as atividades das agências de turismo.

Serão convidados representantes do Ministério do Turismo, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, do Fórum de Secretários de Turismo dos Estados, da Confederação Nacional dos Municípios e do Conselho Nacional da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav) e o especialista em turismo Paulo Wiedmann.

A comissão aprovou, ainda, requerimento de

João Pedro (PT-AM) para a realização de audiência sobre aspectos econômicos e ambientais de um projeto alternativo para a produção do biodiesel na Amazônia, a partir do óleo de dendê.

Devem ser convidados a chefe-geral da Embrapa para a Amazônia Ocidental, o diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, o diretor de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, o gerente-executivo de Energias Renováveis da Petrobras e o representante para a América Latina da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Lúcia Vânia anunciou a realização de uma semana sobre turismo no Congresso Nacional.

Representantes do governo e da indústria divergem sobre papel da agricultura familiar na produção de matérias-primas



Na audiência da subcomissão, senadores Neuto de Conto (E) e João Tenório, José Alcides e Univaldo Vedana

Programa do governo para biodiesel é questionado

O foco do programa brasileiro de biodiesel foi questionado em audiência pública realizada ontem pela Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis do Senado. Representando o governo, Rodrigo Rodrigues, coordenador da comissão interministerial responsável pelo Programa Nacional de Produção de Biodiesel, reiterou seu enfoque na inclusão social – ou seja, na agricultura familiar – na produção de matérias-primas.

Mas um dos representantes do setor privado, Nivaldo Trama, presidente da Associação das Indústrias de Biodiesel do Brasil, criticou o programa,

afirmando que “o foco tem de estar nos grandes investimentos, o que se faz nas grandes corporações”. Segundo ele, essa indústria apenas será viável por meio da produção em grande escala.

Rodrigo Rodrigues declarou que o governo federal decidiu priorizar a agricultura familiar, ao menos inicialmente, porque “esta é o elo mais fraco da cadeia produtiva e não há recursos públicos suficientes para conceder isenções e subsídios para todos”.

Nivaldo Trama defendeu a mudança de foco das ações governamentais, de modo a privilegiar os grandes empreendimentos.

Ele também sugeriu que o governo federal conceda dez anos de renúncia fiscal para o setor. E, ao se referir à capacidade de produção da agricultura familiar, Nivaldo Trama disse que é inegável a necessidade de se avançar na área da inclusão social, mas citou o caso da indústria do etanol (que é um biocombustível, mas não um biodiesel), “a qual só se sustenta por meio de uma escala de produção significativa”.

O presidente da subcomissão, João Tenório (PSDB-AL), também defendeu a concessão de subsídios governamentais para o setor, até que este “atinja uma massa crítica”.

Valter Pereira defende uso do pinhão manso

Valter Pereira (PMDB-MS) defendeu ontem a utilização do pinhão manso como matéria-prima para a produção nacional de biodiesel. Ele declarou que essa planta “poderia ser a cana-de-açúcar do setor de biodiesel” – a cana é a matéria-prima com que se produz o etanol, que é um biocombustível. A sugestão foi feita durante audiência pública realizada pela Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis do Senado.

Segundo Valter Pereira, com a semente do pinhão manso, cujo nome científico é *Jatropha curcas L.*, é possível produzir 3 mil

litros de biodiesel por hectare, aproximadamente o dobro da produtividade da mamona e do girassol – que seria, respectivamente, de 1,4 mil e 1,7 mil litros. Já a do caroço de algodão seria de mil litros por hectare e a da soja, de 800 litros.

– Com o dendê se produzem 5 mil litros de biodiesel por hectare, mas, como se sabe, sua produção está restrita a algumas regiões – disse o senador, acrescentando que deveria haver mais pesquisas e projeções sobre o pinhão manso.

A sugestão foi, no entanto, questionada por Sibá Machado (PT-AC). Este afirmou que pesquisas re-

alizadas na unidade da Embrapa de Petrolina, em Pernambuco, contestam a alternativa representada pelo pinhão manso.

– Fui informado, lá, de que essa planta é muito selvagem e que demoraria cinco anos para domesticá-la.

A subcomissão aprovou a realização de uma audiência pública para debater a produção de biocombustíveis, sugerida por Neuto de Conto (PMDB-SC). Serão convidados Odacir Klein, presidente da União Brasileira do Biodiesel, e Francisco Nabuco Barreto, professor de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Senadores do Piauí criticam frase de jornalista

“Imagine se Renan Calheiros fosse do Piauí...”. Essa frase publicada no artigo do jornalista Paulo Henrique Amorim, “Renan: a maior derrota da imprensa”, gerou protestos dos senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Heráclito Fortes (DEM-PI). O articulista, cujo texto foi divulgado em seu blog (<http://www.conversa-afiada.ig.com.br>), opinou que “a mídia conservadora (e golpista!) foi atrás de Calheiros também porque ele é nordestino” e que “a elite branca” não gosta de ninguém da base do presidente Lula, menos ainda se for nordestino.

Em seguida veio a frase que provocou a revolta dos dois parlamentares piauienses. Heráclito tentou apartear o senador Almeida Lima (PMDB-SE), quando este leu na íntegra o texto de Paulo Henrique Amorim, e expressou sua indignação depois.

O senador piauiense declarou que ao fazer ufanismo com o resultado da votação que absolveu o presidente do Senado do processo por quebra de decoro, o jornalista Paulo Henrique Amorim terminou agredindo gratuitamente o Piauí.

– Lamento que, em um momento de emoção, Paulo Henrique Amorim tenha atingido o Piauí – observou Heráclito.

Exemplos

Na avaliação de Mão Santa, se Renan fosse do Piauí ele teria um comportamento parecido com o de Petrônio Portella, que, na opinião do senador, foi o melhor presidente da história do Senado. Ou então, prosseguiu Mão Santa, seria um exemplo do amor ao Direito como o foi, segundo ele, o jurista piauiense Evandro Lins e Silva.

– Se Renan fosse piauiense poderia ter se comportado como João Paulo dos Reis Velloso, que, em toda a sua vida pública, nunca cometeu nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade ou praticou qualquer ato de corrupção – assinalou Mão Santa.

Leopoldo Silva



Crimes foram denunciados pela Caravana da Saúde, diz Mozarildo

Mozarildo destaca ação social feita por médicos

Ao homenagear os conselhos regionais de Medicina do país pelos 50 anos comemorados ontem, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou relatório da Caravana da Saúde, realizada pela representação médica de Pernambuco, que denunciou crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes e violência contra a mulher em diversos municípios do estado.

Segundo Mozarildo, o documento foi entregue ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e traz o resultado dessa ação social em 43 municípios pernambucanos. Os organizadores da caravana reivindicaram a instalação de serviços de psicoterapia no sistema público de saúde para atender às crianças e mulheres submetidas a esse tipo de agressão.

Crivella saúda o ano novo do calendário judaico

Marcelo Crivella (PRB-RJ) cumprimentou os judeus pela comemoração, nesta semana, do ano 5.768 do calendário judaico. Ele fez um resumo da história do povo hebreu, começando pelos patriarcas, passando por Noé, Abraão, José, Moisés, Josué e encerrando no Holocausto.

O senador afirmou que é por conhecer a história da opressão no mundo, especialmente contra os judeus, que o mundo moderno renega os regimes autoritários, que quase sempre terminam com “intolerância e sangue”. Crivella ressaltou que a comunidade judaica no Brasil muito contribuiu para o crescimento do país.

Indicada por especialistas e utilizada em aeroportos de pista curta, área de concreto poroso pode ter seu uso sugerido ao governo pela CCT

Tecnologia para aumentar segurança em aeroportos

O Brasil poderá adotar a tecnologia de segurança Engineered Material Arrestor System Areas (Emas), indicada para dar mais segurança a aeronaves em aeroportos de pista curta, como os de Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ). A iniciativa será sugerida ao governo pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), anunciou o vice presidente do colegiado, Marcelo Crivella (PRB-RJ), após ouvir especialistas durante audiência pública realizada ontem.

A Emas é uma tecnologia norte-americana já usada em mais de 20 aeroportos em todo o mundo, disse Crivella. A medida consiste na aplicação de uma área de concreto poroso ao final da pista de pouso e decolagem. Quando um avião não consegue parar dentro do limite da pista, passa a trafegar sobre a Emas, que

afunda diante do peso da aeronave. Dessa forma, o avião perde velocidade e consegue parar – mesmo quando tem problemas mecânicos – sem deixar vítimas ou causar grande destruição da aeronave. Mas isso só tem efeito se o avião não estiver em velocidade muito alta.

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Alexandre Duarte Santos afirmou que a Emas consegue evitar 86% dos acidentes em aeroportos de pistas curtas. Ele informou que

a UFRJ estuda a possibilidade de fabricar o produto no Brasil. O professor observou ainda que os custos da implantação da tecnologia Emas poderiam ser cobertos pelas seguradoras, interessadas em aumentar a segurança dos aeroportos.

O comandante Geraldo Costa de Meneses, da área de segurança de vôo da TAM, e o tenente-coronel-aviador Geraldo Curcio Neto, do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, também defenderam a instalação da Emas.



Medida preventiva é defendida em audiência requerida por Crivella (D)

Produção independente cobra espaço na TV

O presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão (ABPI-TV), Fernando de Souza Dias, cobrou ontem pelo menos 10% de espaço na programação das emissoras comerciais do país para a produção independente. Segundo ele, as grandes emissoras – as chamadas “cabeças de rede” – atuam de forma muito verticalizada, em “concorrência desleal” frente às produtoras independentes.

A afirmação foi feita no debate organizado a pedido do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, em conjunto com a Comissão de Educação (CE). A audiência pública teve o objetivo de orientar a análise do projeto de lei da

Câmara (PLC 59/03) que regulamenta dispositivo constitucional referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística, bem como a participação da produção independente nas rádios e TVs.

Pela proposta, a programação veiculada nos estados deve ser, no mínimo, 40% oriunda de produção local. Fernando Dias observou que o mercado de audiovisuais é regulamentado

nos países mais avançados, com ampla descentralização na produção.

O representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Evandro Guimarães, salientou que não existe por parte das grandes emissoras nenhuma resistência em difundir conteúdos das produtoras independentes, mas pediu cautela em relação à regionalização de 40% da produção.



Debate aborda projeto sobre percentual para exibição de produção local



Ao lado de Heráclito (D), Saito frisa esforço para que Arma cumpra papel

Situação da Aeronáutica é “preocupante”, diz Heráclito

Em depoimento secreto de mais de três horas à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado, o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Juniti Saito, apresentou ontem um quadro “preocupante” da situação da Força, segundo o presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI).

Na opinião do senador, não basta que se aumente a dotação para a Aeronáutica no Orçamento da União de 2008. É preciso também, a seu ver, garantir a liberação dos recursos do Orçamento.

– A primeira providência necessária é a de evitar contingenciamentos de recursos para áreas estratégicas, como as Forças Armadas. Somos um país de paz, mas estamos perdendo a

corrida para países vizinhos na área da defesa – afirmou Heráclito.

Logo após o início da reunião, Saito comentou rapidamente os esforços para manter a vigilância do espaço aéreo brasileiro – não apenas sobre o território do país, como também sobre a plataforma continental. Em seguida, pediu que a reunião se tornasse secreta, para explicar aos parlamentares o atual quadro da Aeronáutica.

De acordo com o vice-presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), existe uma perspectiva de se aumentar de R\$ 2 bilhões para R\$ 3 bilhões a dotação para a Aeronáutica em 2008. Mesmo assim, observou, o poder aéreo brasileiro está “muito aquém” do mantido por nações vizinhas.

Comissão recebe visita de senadores franceses

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) recebeu ontem visita de cortesia de uma delegação composta por nove senadores franceses. Acompanhados pelo primeiro-secretário da embaixada da França no Brasil, Eric Amblard, os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado francês debateram a relação econômica entre França e Brasil, passando por temas como agricultura, biocombustíveis e pecuária.

Durante a reunião, presidida por Heráclito Fortes (DEM-PI), os senadores explicaram o funcionamento do Legislativo brasileiro aos parlamentares france-

ses, além de discutirem o atual momento econômico do Brasil.

Etanol

O senador João Tenório (PSDB-AL) elogiou a atuação brasileira na produção de etanol, mas salientou que o país ainda tem um nível “incipiente” de conhecimento na produção do biodiesel.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) aproveitou a ocasião para apresentar o seu projeto de renda mínima aos visitantes. O senador manifestou o desejo de que a proposta se expanda por todo o mundo, pois, de acordo com Suplicy, “toda e qualquer pessoa precisa participar da economia da nação”.

José Cruz